

1DATA: 01 de setembro de 2005. LOCAL: Auditório do Conselho de Gestão do
2Patrimônio Genético, SCEN Lote 02, Ed. Sede do IBAMA, Bloco G, Brasília, DF.
3HORÁRIO: de 9:00 às 16:00h. PARTICIPANTES: Presidente da mesa: Paulo
4Yoshio Kageyama, representante suplente do Ministério do Meio Ambiente.
5Representantes: Ministério da Ciência e Tecnologia, Clóvis Andrade Júnior
6(suplente), Ministério da Saúde, Ângelo Giovani Rodrigues (suplente); Ministério da
7Justiça, Patrícia Galdino de Faria Barros (suplente); Ministério da Agricultura,
8Pecuária e Abastecimento, Leontino Rezende Taveira (titular) e Márcio Mazzaro
9(suplente); Ministério da Defesa, Patrícia Siqueira de Medeiros (suplente); Ministério
10da Cultura, Ana Gita de Oliveira (titular); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e
11Comércio Exterior, Elisa de Ananias Fraga (titular) e José Carlos Cavalcanti de
12Araújo Filho (suplente); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos
13Naturais Renováveis – IBAMA, Otávio Borges Maia (suplente); Instituto de
14Pesquisas Jardim Botânico, Viviane Stern da Fonseca Krueel (titular); Conselho
15Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, Helena
16Luna Ferreira (titular); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Nadja Lepsch
17Cunha (suplente); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, José Manuel
18Cabral e Terezinha Aparecida Dias (suplentes); Fundação Oswaldo Cruz, Silvio
19Valle Moreira (suplente); Fundação Nacional do Índio, Hilda Fajardo (titular); Instituto
20Nacional de Propriedade Industrial, Maria Hercília Paim (titular); Fundação Cultural
21Palmares, Maurício Jorge dos Reis (suplente). Convidados Permanentes:
22Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia – ABRABI, Beatriz de Bulhões
23Mossri (titular); Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais –
24ABONG, Raul Telles (suplente); Ministério Público Federal, Eliana Peres Torelly de
25Carvalho (titular). Membros da Secretaria-Executiva do Conselho: Eduardo Vélez
26Martin, Secretário-Executivo, Cristina Azevedo, Guilherme Amorim, Diogo Brito,
27Fernanda Álvares Silva, Mônica Negrão, Fernanda Altoé Daltro, Carla Lemos, Sonja
28Mayra Righetti, Inácio de Loiola Rachid Cançado, Francine Cunha, Antônio
29Pamplona. Outros participantes: Ministério do Meio Ambiente, Daniela Goulart
30(CONJUR/MMA); Minaré Braúna Advogados Associados, Mikaela Minaré Braúna;
31MAPA, Kleber Souza dos Santos; Grupo Centroflora, Vânia Cunha Rudge; CNPq,
32Francisco Guerra, Elisa Furtado Madi e Cátia Gieler; MRE, Daniel C. S. Pires;
33EMBRAPA, Simone Nunes Ferreira e Adriana Clementino; INBRAPI, Lúcia
34Fernanda Kaingang; PATRI, Marcelo Lacerda. CONVOCAÇÃO: Memorando Circular

1nº 008/2005/CGEN/SBF/MMA, de 18 de agosto de 2005; Ofício Circular nº
2017/2005/CGEN/SBF/MMA, de 18 de agosto de 2005; Ofício Circular nº
3018/2005/CGEN/SBF/MMA, de 18 de agosto de 2005. PAUTA: I - Abertura da
4Reunião; II - Instalação dos Trabalhos: (1) Leitura e Aprovação da Pauta da 35ª
5Reunião Ordinária; (2) Aprovação da Ata da 34ª Reunião Ordinária; III - Ordem do
6Dia - (3) Apresentação e Deliberação sobre solicitações de credenciamento de
7instituições como fiéis depositárias de amostras de componente do patrimônio
8genético. (3.1) Requerente: Banco Ativo de Germoplasma de Mandioca –
9EMBRAPA – Processo nº 02000.003087/2004-34. Relator: Helena Luna – CNPq.
10(3.2) Requerente: Coleção de Culturas de Microrganismos da Bahia, da
11Universidade Estadual Feira de Santana – Processo nº 02000.001592/2005-25.
12Relator: Hilda Fajardo – FUNAI. (3.3) Requerente: Banco de DNA de Espécies da
13Flora Brasileira do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro -
14Processo nº 02000.002624/2005-18. Relator: Patrícia Galdino – Ministério da
15Justiça. (4) Apresentação e deliberação de minuta de alteração das Resoluções 5 e
169. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. (5) Apresentação e deliberação sobre
17propostas de normatização da MP 2.186-16/01. (5.1) Proposição de minuta de
18decreto que regulamenta a autorização especial e estabelece o momento do
19Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios para
20os casos de bioprospecção. (5.2) Deliberação sobre procedimentos administrativos
21relacionados à Autorização Especial para a Bioprospecção. (6) Análise de proposta
22para inclusão de convidados permanentes. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN.
23(7) Consulta da Secretaria-Executiva ao CGEN. - Consulta sobre acesso ao
24patrimônio genético de espécie exótica cultivada: Cana-de-açúcar – *Saccharum*
25*officinalis* – Processo nº 0.2000.003138/2005-17. (8) Informes sobre processos já
26autorizados pelo CGEN. (8.1) Requerente: EMBRAPA – “Etnobiologia, conservação
27de recursos genéticos e bem-estar alimentar da comunidade Krahô” – Processo nº
2802000.000532/2004-12. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN. IV – Assuntos de
29Ordem Geral. (9) Informes gerais da Secretaria-Executiva. (10) Palavra aberta aos
30Conselheiros. (11) Encerramento. **INFORMES, DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES:**
31O Sr. Paulo Kageyama, na condição de presidente do Conselho, deu início à 35ª
32Reunião Ordinária do CGEN, dando as boas vindas ao novo conselheiro suplente do
33Ministério da Saúde, Sr. Ângelo Giovani, e colocando em discussão a pauta da
34mesma. O Sr. Eduardo Vélez informou a existência de dois pedidos de inclusão de

1pauta recebidos pela Secretaria-Executiva e requisitou a inclusão de ambos: o
2primeiro, do Ministério da Saúde, referente à apresentação da proposta de banco de
3dados de “Conhecimento Tradicional sobre Plantas Medicinais”; e o segundo,
4referente à solicitação do INPA levada à plenário na última reunião, a fim de
5consultar o CGEN com relação à análise realizada por sua Secretaria Executiva de
6dois projetos de pesquisa a serem desenvolvidos pelo INPA, pois esta instituição
7não está de acordo com a análise feita sobre a previsão de haver acesso a
8conhecimento tradicional associado. Houve concordância do Plenário com a
9inclusão destes itens na pauta. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão
10a ata da 34ª Reunião. A Conselheira Nadja Lepsch requisitou algumas alterações
11referentes às manifestações que havia feito na reunião, as quais foram acatadas. A
12ata corrigida foi aprovada com os votos favoráveis dos seguintes conselheiros:
13Leontino Taveira, Ângelo Giovani, Patrícia Siqueira, Patrícia Galdino, Paulo
14Kageyama, Hilda Fajardo, Clóvis Andrade, Nadja Lepsch, Helena Luna e Elisa
15Fraga. Abstiveram-se os Conselheiros Otávio Maia e Maurício Reis. Não houve
16votos contrários. O **item três** trouxe as solicitações de credenciamento. A primeira
17solicitação, referente ao Banco Ativo de Germoplasma de Mandioca da EMBRAPA,
18teve o relato da conselheira Helena Luna que fez recomendação favorável ao
19credenciamento. Não houve comentários do Plenário. Colocado em votação, foi
20aprovado por unanimidade com os votos favoráveis dos conselheiros: Maria Hercília
21Paim, Otávio Maia, Leontino Taveira, Ângelo Giovani, Patrícia Siqueira, Patrícia
22Galdino, Paulo Kageyama, Viviane Stern, Maurício Reis, Hilda Fajardo, Clóvis
23Andrade, Nadja Lepsch, Helena Luna e Elisa Fraga. A segunda solicitação, da
24requerente Universidade Estadual de Feira de Santana, teve o relato da conselheira
25Hilda Fajardo. A conselheira comentou que considerou satisfatórias as respostas
26aos questionamentos dos pareceristas e recomendou a aprovação do
27credenciamento. Colocado em votação, foi aprovado o credenciamento com os
28votos favoráveis dos conselheiros: Maria Hercília Paim, Otávio Maia, Leontino
29Taveira, José Cabral, Patrícia Siqueira, Patrícia Galdino, Paulo Kageyama, Viviane
30Stern, Maurício Reis, Hilda Fajardo, Clóvis Andrade, Nadja Lepsch, Helena Luna e
31Elisa Fraga. Absteve-se o Conselheiro Ângelo Giovani. Não houve votos contrários.
32A terceira e última solicitação de credenciamento, feita pelo Jardim Botânico do Rio
33de Janeiro, referente ao banco de DNA da flora brasileira, foi relatada pela
34conselheira Patrícia Galdino que manifestou-se favorável ao credenciamento.

1 Colocado em votação, foi aprovado por unanimidade pelos votos favoráveis dos
2 conselheiros: Maria Hercília Paim, Otávio Maia, Leontino Taveira, José Cabral,
3 Ângelo Giovani, Patrícia Siqueira, Patrícia Galdino, Paulo Kageyama, Maurício Reis,
4 Hilda Fajardo, Clóvis Andrade, Nadja Lepsch, Helena Luna e Elisa Fraga. A
5 conselheira Viviane Stern não participou da votação. O **item quatro** apresentou as
6 propostas finais de alteração das Resoluções 5 e 9, prevendo a possibilidade de,
7 excepcionalmente e quando motivado pela própria comunidade anuente, serem
8 apresentados outros meios de prova que não o Termo de Anuência Prévia
9 assinado. Inicialmente, foi feito relato dos ajustes acrescentados à proposta
10 apresentada na 34ª Reunião do CGEN, basicamente a inclusão da expressão “não
11 queira” e a previsão da participação do órgão indigenista, quando envolver povos
12 indígenas. O conselheiro Maurício Reis, da Fundação Palmares apresentou
13 algumas sugestões para aperfeiçoar a redação. O conselheiro Márcio Mazzaro, do
14 MAPA, solicitou esclarecimentos à CONJUR/MMA. A Dra. Daniela Goulart
15 esclareceu que o ato de anuência não necessariamente se limita a um termo de
16 anuência assinado, podendo ser caracterizado por outros meios de prova. O Sr.
17 Eduardo Vélez esclareceu ainda que não se tratava de substituir a anuência por um
18 termo de responsabilidade, mas tão somente de complementar a anuência prévia,
19 nos casos em que não fosse por meio de um Termo de Anuência assinado, com um
20 termo de responsabilidade, este sim assinado pelo interessado no acesso. O
21 conselheiro Márcio Mazzaro sugeriu então que se acrescentasse ao texto em tela, a
22 seguinte redação acerca da apresentação da anuência prévia: “(...) poderão ser
23 apresentados à deliberação do Conselho(...)”, acreditando que assim estaria
24 garantida a avaliação do Conselho sobre a suficiência e validade da anuência prévia
25 entregue em outro formato. O Sr. Raul Telles, representante da ABONG, manifestou
26 ser desnecessária esta proposta e favorável à redação originalmente apresentada,
27 por entender que o Conselho sempre será a instância final de apreciação das
28 anuências prévias encaminhadas a ele. A Sra. Cristina Azevedo sugeriu que a
29 proposta do Conselheiro Márcio Mazzaro fosse colocada no *caput* da Resolução 5,
30 aplicando-se a qualquer das situações, no que o Conselheiro concordou. O Sr. Raul
31 Telles sugeriu que, uma vez aprovada a alteração das Resoluções, fosse realizado
32 o esforço de elaborar uma orientação técnica, que poderia ser um roteiro
33 metodológico para a apresentação destas formas alternativas de comprovação da
34 anuência prévia. O texto com as alterações sugeridas pela Palmares e pelo MAPA

1foi submetido à votação, tendo sido aprovado com os votos favoráveis dos
2conselheiros: Maria Hercília Paim, Márcio Mazzaro, José Cabral, Silvio Valle, Ângelo
3Giovani, Patrícia Siqueira, Patrícia Galdino, Paulo Kageyama, Viviane Stern,
4Maurício Reis, Clóvis Andrade, Nadja Lepsch, Helena Luna e Elisa Fraga. Votou
5contra a proposta a Conselheira Hilda Fajardo. Absteve-se o Conselheiro Otávio
6Maia. O Sr. Presidente deu seqüência aos trabalhos, iniciando o **item cinco**,
7referente à proposta de ajustes na normatização da MP 2.186-16. O primeiro ponto,
8referente à minuta de decreto que regulamenta a autorização especial e que
9estabelece o momento do contrato de utilização do patrimônio genético e da
10repartição de benefícios para casos de bioprospecção. Conforme relato do Sr.
11Secretário-Executivo, o instrumento apresentado traz a possibilidade de que o
12contrato de bioprospecção torne-se opcional em determinadas situações, passando
13a ser obrigatório apenas quando houver de fato a perspectiva comercial naquela
14atividade. O texto apresentado contempla também a posição dos representantes de
15comunidades locais e povos indígenas, que não se sentem seguros quanto à
16opcionalidade do contrato nos casos que envolvem acesso a patrimônio genético ou
17conhecimentos tradicionais associados. Um segundo ponto da proposta trata da
18regulamentação da autorização especial para bioprospecção. Além do decreto, foi
19apresentada deliberação sobre os procedimentos administrativos a adotar nos casos
20das autorizações especiais para bioprospecção. O Sr. Eduardo Vélez apresentou
21ainda os ajustes feitos pela reunião da Câmara Temática no dia anterior. O
22conselheiro Clóvis Andrade solicitou que o tema fosse discutido com base em
23parecer da consultoria jurídica. Foi distribuído aos Conselheiros, parecer da
24CONJUR/MMA posicionando-se pela legalidade das propostas apresentada, tendo o
25Sr. Secretário-Executivo ressaltado a importância de que a solicitação de pareceres
26jurídicos prévios as discussões dos temas normativos não se torne uma regra no
27andamento das decisões do Conselho, até porque, neste caso, representantes da
28CONJUR participaram do processo ao longo da elaboração das propostas. O
29Conselheiro Márcio Mazzaro lembrou que na discussão da Câmara, houve o
30entendimento de que a exceção do acesso ao conhecimento tradicional associado e
31do acesso ao patrimônio genético em terras indígenas e de comunidades
32tradicionais deveria continuar sendo discutida nas câmaras temáticas para posterior
33definição de regramento correspondente. O Sr. Eduardo Vélez esclareceu que
34houve o entendimento de que o tema deveria continuar sendo discutido nas

1Câmaras, mas não que havia sido já consensuada a elaboração de um novo
2instrumento, na forma de decreto, para tratar das exceções. A conselheira Elisa
3Fraga discordou por entender que havia sido consensuado que tão logo este
4instrumento atual fosse encerrado, iniciariam as discussões sobre um novo
5instrumento que abrangesse as hipóteses não previstas na minuta de decreto em
6discussão. A conselheira Hilda Fajardo manifestou que não houve consenso na
7reunião da Câmara Temática sobre o acesso a conhecimento tradicional,
8entendendo que esta discussão deveria ser aprofundada nas câmaras temáticas.
9Foi comentado ainda que a revogação proposta para os artigos 9º A e 9º B do
10decreto em vigor ficaria na dependência da conclusão das discussões do conceito
11de acesso. O Conselheiro Maurício Reis manifestou a posição da Palmares quanto
12ao parágrafo segundo da proposta, que trata da exceção das comunidades locais,
13destacando que elas devem participar das discussões que venham a ocorrer. O Sr.
14Raul Telles, da ABONG, sugeriu que o tema fosse colocado em votação e deu a
15palavra à Sra. Fernanda Kaingang, representante do INBRAPI, que reiterou a
16posição dos representantes de comunidades indígenas e locais durante as
17discussões acerca deste tema, e fez um apelo à Plenária de que votasse a proposta
18tal como está, deixando as demais questões para debates futuros. Houve
19questionamento pelo conselheiro Márcio Mazzaro sobre o grau de
20representatividade das instituições que se posicionaram contra a extensão dos
21novos dispositivos para as áreas de povos indígenas e comunidades locais. A
22conselheira Eliana Torelly manifestou sua inconformidade com a ausência do direito
23a voto no CGEN para as comunidades indígenas e tradicionais e não concordou
24com o questionamento de representatividade, afirmou ainda que o Ministério Público
25Federal tem a atribuição constitucional de defender os interesses destas
26comunidades. Sucedeu-se um debate sobre questões relacionadas à
27representatividade dos diversos setores. A seguir, retomou-se o ponto da pauta,
28discutindo-se ponto a ponto o texto da proposta, sendo sugeridos alguns ajustes e
29supressões. Após debate sobre a necessidade de revogar ou não o artigo 9º B e de
30como proceder com relação a estes atos e a discussão do conceito de acesso, o
31Plenário entendeu que o encaminhamento adequado seria aprovar a minuta de
32decreto e de deliberação no mérito, enviar para a CONJUR/MMA fazer os ajustes de
33remissão aos dispositivos legais e trazer para apreciação na próxima reunião do
34CGEN para ratificação da forma final dos textos do decreto e da deliberação.

1Votaram favoravelmente a este encaminhamento, os seguintes conselheiros: Maria
2Hercília Paim, Otávio Maia, Márcio Mazzaro, José Cabral, Silvio Valle, Ângelo
3Giovani, Patrícia Siqueira, Paulo Kageyama, Viviane Stern, Maurício Reis, Hilda
4Fajardo, Clóvis Andrade, Nadja Lepsch e Elisa Fraga. Absteve-se a Conselheira
5Helena Luna. Não houve votos em contrário. Ficou consensuado pelo Plenário que
6os temas referentes aos povos indígenas e comunidades tradicionais deve ser
7encaminhado às Câmaras Temáticas para aprofundamento da discussão. Após o
8intervalo para o almoço, o Sr. Presidente retomou a ordem do dia, apresentando o
9**item seis**, relativo a propostas de inclusão de novos convidados permanentes. O Sr.
10Eduardo Vélez lembrou aos Conselheiros que a figura do “convidado permanente”
11foi criada por sugestão da Ministra Marina Silva em 2003. Recentemente, várias
12outras instituições que não aquelas originalmente convidadas, encaminharam cartas
13à Secretaria-Executiva manifestando interesse em ingressar no CGEN. Em vista
14disto e do fato de que algumas das entidades originalmente convidadas não
15indicaram representantes ou deixaram de participar das reuniões, o tema foi
16encaminhado ao Plenário para que se estabeleça um processo que regule os
17procedimentos com relação aos Convidados Permanentes. Também relatou quais
18instituições foram convidadas e quais fizeram solicitação formal para participação no
19CGEN. O conselheiro Clóvis Andrade sugeriu que o tema fosse encaminhado para a
20Câmara de Procedimentos Administrativos. Os conselheiros e convidados fizeram
21várias propostas preliminares que poderiam ser consideradas para garantir maior
22representatividade e oportunidades para a participação de diferentes instituições da
23sociedade. Após a manifestação dos Conselheiros, decidiu-se encaminhar a
24questão do regimento sobre os Convidados Permanentes para a Câmara Temática
25de Procedimentos Administrativos para que estabeleça minuta de proposta,
26contendo os critérios sobre admissão e rodízio dos convidados permanentes,
27dentre outros. Votaram a favor deste encaminhamento, os seguintes conselheiros:
28Otávio Maia, Leontino Taveira, Terezinha Dias, Ângelo Giovani, Patrícia Siqueira,
29Paulo Kageyama, Maurício Reis, Ana Gita, Hilda Fajardo, Clóvis Andrade, Nadja
30Lepsch e Elisa Fraga. Não houve votos contrários ou abstenções. Quanto à
31proposta de já atender às instituições que pleitearam a participação nas vagas
32disponíveis ou na suplência de representações existentes, votaram favoravelmente
33os Conselheiros Patrícia Siqueira, Paulo Kageyama, Maurício Reis, Ana Gita e Hilda
34Fajardo. Votaram contra os Conselheiros Leontino Taveira, Terezinha Dias, Ângelo

1Giovani, Clóvis Andrade, Nadja Lepsch e Elisa Fraga. Absteve-se o Conselheiro
2Otávio Maia. Com apenas cinco votos favoráveis, a proposta foi rejeitada. Após esta
3votação, o Sr. Presidente precisou ausentar-se em função de solicitação de sua
4presença pela Ministra do Meio Ambiente. O Conselheiro Clóvis Andrade sugeriu
5que a reunião continuasse com a apresentação dos itens não deliberativos em
6pauta, uma vez que manteve-se o quorum. A Conselheira Ana Gita, então,
7comunicou que deixará de fazer parte do Conselho e que o Ministério da Cultura irá
8indicar novos representantes. O Sr. Secretário-Executivo agradeceu a contribuição
9da representante do Ministério da Cultura e pediu ao Conselheiro do Ministério da
10Saúde, Sr. Ângelo Giovani, que apresentasse a proposta de criação do banco de
11dados de conhecimentos tradicionais. A proposta foi apresentada, sendo
12esclarecido que o objetivo do banco de dados é subsidiar as políticas e uso de
13plantas medicinais e de fitoterápicos no Sistema Único de Saúde. Seja para plantas
14com uso em saúde já validado, seja para orientar as iniciativas que possam resultar
15em novos medicamentos. O conselheiro Clóvis Andrade destacou que é
16fundamental estabelecer uma forma de padronização de como será o
17armazenamento e uso desta informação, tratando-se de um grande desafio. Foi
18sugerido que o tema fosse apreciado por uma Câmara Temática. Não podendo o
19plenário deliberar, a discussão e o encaminhamento para o tema ficaram pendentes
20para próxima reunião do CGEN. Com isso, o Sr. Secretário-Executivo agradeceu a
21presença de todos e deu por encerrados os trabalhos. Eu, Fernanda Altoé Daltro,
22por solicitação do Presidente da mesa, lavrei a presente ata.

23

Brasília, 1º de setembro de 2005.

24

25 Paulo Yoshio Kageyama

Eduardo Vélez

26 Presidente

Secretário-Executivo